
CONTAR A HISTÓRIA DO LICEU ALAGOANO: uma possibilidade de se entender o ensino de matemática em Alagoas

Edlene Cavalcanti Santos¹
Mercedes Carvalho²

RESUMO

O presente estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática (GPEM) –PPGE-UFAL – e que compõe o Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT) com o objetivo de compreender a trajetória da constituição dos saberes matemáticos, a origem, a organização e o processo de estruturação do ensino secundário em Alagoas, entre (1930-1970), especialmente, a partir da criação do Liceu Alagoano. Para este artigo buscamos escrever a história da criação do Liceu Alagoano e a sua importância para o estado de Alagoas, como também, quais eram os pressupostos políticos que estavam postos na legislação que permitiu a sua criação. As fontes consultadas para o desenvolvimento do trabalho estão disponíveis nos Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, na Biblioteca Pública de Alagoas, Arquivo Público do Estado de Alagoas e Liceu Alagoano e no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina.

Palavras-chave: Matemática. Liceu Alagoano. Currículo. Ensino Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos a história da constituição do Liceu Alagoano, importante instituição de ensino na História da Educação do Estado e que norteia a pesquisa iniciada em 2015, que tem por objetivo compreender a trajetória da constituição dos saberes elementares da matemática, em especial, a da geometria no ensino secundário do Liceu Alagoano entre o período de 1930 e 1970. Esta tese de doutoramento está

¹ **Doutorando** da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus A.C. Simões.

E-mail: edlenecavalcanti@hotmail.com

² **Docente** da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus A.C. Simões.

E-mail: mbettacs@uol.com.br

vinculada à pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Educação Matemática (GPEM) que investiga “O ensino da aritmética nos grupos escolares maceioenses no século XX” e que é um subprojeto da investigação “A constituição dos saberes elementares matemáticos: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário”, filiado ao Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT).

Até o presente momento, os documentos oficiais, revistas e programas de ensino encontrados no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina e os documentos disponíveis nos Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, na Biblioteca Pública de Alagoas, Arquivo Público do Estado de Alagoas e Liceu Alagoano são nossas fontes de dados, pois buscamos a reconstituição da história desse Liceu que fortaleceu a estrutura e expansão do ensino secundário em Maceió/AL no período entre 1930 – 1970. O referido liceu, inicialmente chamado Liceu Provincial, foi criado pela Lei n. 106, de 5 de maio de 1849 (arts. 1.º, 2.º e 3.º), sancionada pelo Presidente da Província das Alagoas, Coronel (depois General) Antônio Nunes de Aguiar e foi o primeiro estabelecimento oficial de ensino secundário nas Alagoas.

A Diretoria da Instrução Pública, marco da organização e estruturação do ensino secundário em Alagoas, funcionou em uma das salas do Liceu, e este órgão, a partir de 1930, traçou o ensino de primeiras letras e o ensino secundário, o conjunto de Leis Provinciais e reformas de ensino. Para este trabalho nos detivemos em retratar a história do Liceu Alagoano, devido a sua relevância para o Estado, a partir da análise dos documentos que compõem a Correspondência da Instrução Pública em Alagoas e a Legislação Provincial, com ênfase nas propostas para o ensino da matemática.

Certamente, os conteúdos matemáticos ministrados pelos professores sofreram modificações ao longo do tempo e por isso ao nos debruçarmos na legislação de ensino, com a intenção de compreender o ensino da Matemática nesta escola, especialmente no Secundário, nos possibilite refletir sobre os baixos índices alagoanos nesta disciplina (CARVALHO, SOUSA, PIMENTEL, 2014).

O ensino secundário em Alagoas no século XX

Alagoas do século XIX tinha economia assentada na monocultura da cana-de-açúcar e na escravidão, cenário que refletiu na educação alagoana. Quando instalada a Assembleia Legislativa da Província, em 1835, focalizou-se esforços no ensino Secundário. Instituíram aulas de filosofia e francês no currículo e desconsideraram as necessidades urgentes do curso primário. Para Correia (2011, p.79) a educação pública alagoana era “inadequada, deplorável, deficiente e a cargo de professores sem qualificação para o magistério”, ou seja, uma época em que não havia, por parte das autoridades alagoanas, preocupação com a organização do ensino público. Nesse contexto, Costa (1931) destaca a figura de Silva Titara, o primeiro diretor da Instrução Pública em Alagoas e um grande defensor da educação pública do Estado. Buscou novos rumos e combateu a incapacidade do magistério e a burocratização do campo educacional que estava sob o escudo da “politicagem”.

O Liceu Alagoano é o primeiro estabelecimento oficial de ensino secundário, entendido como “centro do ensino público” na Província. A 4 de julho de 1849, dez dias antes de deixar o cargo, o Presidente Nunes de Aguiar publicou o Estatuto da Congregação do Liceu, o primeiro regimento, que perdurou por muitos anos. A partir de 1849 o Liceu Alagoano tem papel centralizador do ensino Secundário. O currículo compreendia as línguas latinas e gregas, língua e literatura portuguesa, francês, inglês ou alemão, geografia, história universal e pátria, matemática (aritmética, álgebra, geometria e trigonometria), física e química, história natural etc. Música e solfejo, curso completo de caligrafia, francês teórico e prático; inglês teórico e prático. Em 1937, com matrícula promissora nos cursos primário e médio, organizou-se um curso de admissão para ingresso no curso secundário. A verificação prévia foi pleiteada em 1938, conseguindo-se em 7 de novembro do mesmo ano a avaliação preliminar.

A partir desse momento, o ensino secundário contava com professores idôneos e escolhidos entre os melhores que honravam o magistério alagoano. Uma boa parte deles ensinava tanto em estabelecimentos particulares da cidade quanto nos colégios oficiais.

O ensino secundário antes da criação da instituição liceal

Até a sua emancipação política, Alagoas contava apenas com dois conventos franciscanos, criados ainda no século XVIII, sendo um em Penedo e outro na Cidade das Alagoas, nos quais se produziam a cultura letrada. Conforme Santos (2012, p. 109), “os conventos abrigaram escolas de gramática, onde os estudantes aprendiam o suficiente para ingressar na própria Ordem Franciscana ou para dar continuidade aos estudos em outros centros, como Olinda e Salvador, ou mesmo na Europa”.

Com a criação da capitania, houve um novo impulso, porém sem grande alcance, com o estabelecimento de mais duas cadeiras, filosofia e geometria, na capital. Esta ganhou mais quatro cadeiras em 1829, quando criadas às aulas de francês, retórica, filosofia e geometria (VERÇOSA, 2006). No discurso dirigido aos legisladores, em 1835, o então Presidente da Província, José Joaquim Machado d’Oliveira, recomendou a criação de um liceu para o desenvolvimento do ensino secundário na província. Efetivamente, criaram duas cadeiras de instrução secundária em Penedo, interior de Alagoas, sendo uma de Filosofia e outra de Francês.

Assim, com a criação daquelas cadeiras a província passou a contar com dez cadeiras de ensino secundário, sendo: cinco aulas de latim, duas de francês, uma de retórica, uma de filosofia e uma de aritmética (COSTA, 1931). Entretanto, como a Faculdade de Direito de Olinda (1827) e a Faculdade de Medicina da Bahia (1832) já haviam sido criadas, portanto “se fazia necessário preparar os filhos de senhores da terra, criando as condições culturais para se assumir os postos de comando” (VERÇOSA, 2006, p. 66). Dessa forma, em detrimento do caráter formativo, o ensino secundário alagoano assumia a sua feição preparatória, característica daquela modalidade de ensino em todo o Império, conforme atestam Silva (1959), Haidar (1972) e Azevedo (1976).

Neste sentido, o ensino secundário alagoano cumpria a finalidade de formar os grupos mais abastados, além de fornecer pessoas preparadas para assumirem funções públicas na província. Ou seja, era necessário formar “individualidades condutoras” e

líderes, que administrassem a máquina administrativa provincial. Assim, o ensino secundário tinha a finalidade de oferecer uma preparação “básica” para as posições sociais de liderança.

A partir de 1846, ganha força a ideia de criar um liceu na capital centralizando todas as cadeiras de ensino secundário existente na província. A instituição que seria criada sob a fiscalização do Conselho Permanente de Instrução Pública favoreceria o controle desse tipo de ensino, além de contribuir para a melhoria da instrução por meio do

contacto dos alunos que frequentarem diferentes disciplinas; a emulação que deve ressentir-se entre publicidade do ensino, tendo os Lentes de dar suas lições aos olhos de todos; e uma fiscalização mais ativa e imediata, todas estas circunstâncias, auxiliando se, hão de dar em melhor resultado, melhor aproveitamento dos Discípulos e professores assíduos e aplicados.

(FALLA, 1846, p. 26).

Nos anos seguintes, vários foram os manifestos em favor da criação do Liceu Provincial, instituição que segundo João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da Província em 1848, serviria às elites alagoanas em seu desenvolvimento intelectual e cultural em “marcha à civilização”, sendo essa classe dirigente a “propagadora e esclarecedora das verdades máximas, das Leis do Estado, das regras morais e religiosas”. A trajetória do ensino secundário na província das Alagoas configurou-se até 1849 em aulas isoladas. A existência destas, por vezes, não conseguia atingir os objetivos propostos para esse tipo de ensino, qual seja: formar as elites locais para o aparelhamento do estado que aos poucos se desenhava. Dispersas e sem fiscalização, as cadeiras isoladas representavam um modelo de ensino anterior, que não condizia mais com as demandas da nova sociedade e dos tempos modernos.

Assim, visando melhorar a instrução pública secundária, os legisladores aprovaram o projeto de fundação do Liceu Alagoano. Este estabelecimento, que em muitas províncias já funcionava plenamente e era reclamado nas Alagoas desde a primeira legislatura, em 1835. Outros projetos vieram à tona, porém as divergências políticas

envolvendo a nova e a antiga capital da província contribuiu para o retardamento da iniciativa.

O Liceu Alagoano

Para focalizar o ensino da Matemática nas escolas em Alagoas, especialmente no Liceu Provincial, iniciaremos relatando um pouco da sua trajetória, do funcionamento em Maceió, como primeira instituição fundada com o objetivo de preparar a elite masculina para o ensino superior. Poucos estudos têm sido feitos sobre a instituição, apesar de sua importância tanto para a formação das elites dirigentes locais, como também pela responsabilidade que lhe cabia com relação aos demais níveis de ensino da Província. Dos estudos sobre o Liceu de Alagoas, destacamos a obra de Abelardo Duarte, *História do Liceu Alagoano* (1961), que focaliza a trajetória da instituição desde sua criação até 1963. Outro estudo realizado sobre o Liceu, na obra de Craveiro Costa, *Instrução pública e instituições culturais de Alagoas*, publicado, originalmente, pela Imprensa Oficial do Estado de Alagoas em 1931. Parte do texto de Craveiro Costa foi reeditada na obra organizada por Élcio de Gusmão Verçosa, *Caminhos da Educação em Alagoas – da Colônia aos dias atuais* (2001).

A relevância do resgate da história do Liceu se funda como dissemos, na importância da instituição como formadora de uma elite pensante que terá influência decisiva nos demais níveis de ensino, além daquele de natureza privada. Os professores do Liceu eram intelectuais que ocupavam cargos de prestígio, como Diretor Geral da Instrução Pública, e fazia parte de suas atribuições elaborar a legislação que organizava o sistema de ensino na província. Tais professores, além de legisladores selecionavam os conteúdos escolares, por meio da adoção de obras didáticas e, também, elaboravam a seleção de professores para o ensino primário. Alguns deles também eram donos de colégios particulares a exemplo do professor Bernardo Pereira do Carmo Júnior, dono do Colégio São Bernardo e, ainda, os professores do Liceu ensinavam na escola Normal, ou

seja, formavam os professores que ensinariam na escola primária, além de ordenarem o conteúdo de ensino e os critérios para seleção de alunos e professores.

O Liceu Alagoano foi alojado “num prédio antigo” na praça da matriz. Nessa primeira etapa o Liceu chegou a registrar no ano de 1855, mais de 200 alunos, em 1859, 144 alunos. O motivo do decréscimo no número de matriculados entre 1855 e 1859 foi a epidemia do cólera-moubus que devastou a Província, abatendo parte da população. Naquele ano as aulas começaram no dia 10 de março (DUARTE, 1961, p. 37). Os professores eram padres, magistrados, médicos, engenheiros formados no Rio de Janeiro, Minas, na Bahia ou em Portugal.

A fundação da Escola Normal (1869) é fruto dos cursos preparatórios oferecidos pelo Liceu Alagoano. O curso Normal tinha como objetivo preparar os professores para o ensino fundamental e as aulas de primeiras letras e não para formar os professores para o Liceu uma vez que parte do seu corpo docente era selecionado entre os homens considerados ilustres, pois possuíam curso superior.

Como afirma Craveiro Costa, o ensino Secundário precedeu ao curso primário. No entanto, este fato é fruto do fato histórico de que no Brasil o ensino secundário só se torna oficial a partir da Carta de 1827, (SILVA, 1959). Porém, este estava reservado aos preceptores ou mesmo dos familiares, para as crianças das classes mais abastadas. Em 1835 constavam na Província cinco aulas de latim, duas aulas de francês, uma aula de retórica, uma aula de filosofia e uma aula de aritmética (COSTA, 1931, p. 31).

Neste período foi criado em Penedo, o Colégio Nossa Sra. da Conceição com quatro cadeiras. Segundo Craveiro Costa, somente as Províncias da Bahia e Pernambuco apresentavam maior número de alunos, no curso secundário, com relação à Alagoas (COSTA, 1931, p. 35).

Analisar o ensino secundário, em Alagoas, só é possível à luz das medidas do governo imperial, quando se iniciaram o Liceu Alagoano e a Escola Normal, ou a partir das reformas do governo republicano que se instalou, em 1889.

A reforma Benjamin Constant, de 1890, baseada nos princípios republicanos, a liberdade e a laicidade atingira de imediato o Liceu Alagoano e a Escola Normal. O ano letivo começava, ordinariamente, em 1º de fevereiro e terminava em 30 de novembro de 1890. O curso geral dos estudos abrangia a instrução religiosa obrigatória para todas as diferentes matérias exigidas pelos programas da Instrução Pública.

O ensino secundário após a criação do Liceu Alagoano, um pouco mais de sua história

Com a sua criação, em 1849, o Liceu Alagoano, em Maceió, incorporou todas as aulas secundárias existentes na capital e começou a funcionar com oito cadeiras centralizadas. As que já estavam providas permaneceram com seus lentes, a exceção do professor de Latim, Reverendo Satirio José Barboza, que foi removido para a cadeira da Cidade das Alagoas e substituído pelo lente Iago Francisco Pinheiro. Os ordenados dos professores eram constituídos de 600\$000, acrescidos de uma gratificação de 200\$000, após quatro anos de exercício, eles passavam a ser vitalícios.

Situado, inicialmente, no Prédio Nacional na Rua da Praça da Matriz, em Maceió, atual praça D. Pedro II, o Liceu Alagoano contou com uma congregação composta por lentes de grande prestígio e vasta ilustração na sociedade alagoana. As cadeiras e seus respectivos ocupantes no ano de sua abertura foram: Gramática Nacional e Análise dos Clássicos Portugueses, Francisco José da Silva Porto; Gramática Latina, Iago Francisco Pinheiro; Gramática Francesa, José Severiano de Mello; Gramática Inglesa, José Alexandrino Dias Moura; Aritmética, Álgebra e Geometria, Francisco Elias Pereira; Geografia, Cronologia e História, Roberto Calheiros de Mello; Retórica e Poética, Fernando Affonso de Mello, que foi o primeiro diretor; Filosofia Racional e Moral, Inácio Hipólito Gracindo (DUARTE, 1961). Segundo o Estatuto da Congregação do Lyceu da Província das Alagoas de 1849, para matricular-se na instituição era necessário o aluno pagar a quantia de 6\$400,00 anuais, sendo responsabilizado o professor que admitisse a frequência de todo estudante inadimplente (Art. 9º). A cobrança dessa taxa foi considerada

uma das causas do baixo número de matrículas no Liceu, considerando a economia da monocultura alagoana. Em 1851, por exemplo, somente 64 alunos fizeram inscrição na instituição, sendo apenas sete, o número de aprovados plenamente no final do ano. Entretanto, a respeito da solicitação de diminuição ou suspensão do pagamento, o então Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo, afirmava que a mesma “[...] deve ser conservada, senão argumentada; porque o estudante que não puder pagar 6.400 reis por ano em favor de sua educação secundária, deve procurar outra carreira, que melhor se acomode às suas circunstâncias peculiares” (ALAGOAS, FALLA, 1846, p. 12). Devido às dificuldades encontradas neste primeiro momento para o acesso aos arquivos do Liceu Alagoano, hoje Escola Professor Edmilson Vasconcelos Pontes, nos serviu como fonte de consulta a dissertação de Mestrado de Ivanildo Gomes dos Santos, da Universidade Federal de Alagoas, (2012).

Algumas considerações

A pesquisa proposta para o doutorado intenciona investigar e analisar fontes históricas sobre o ensino da Matemática no estado de Alagoas. Focalizamos o Liceu Alagoano porque ele teve importância na formação das pessoas que passaram pela administração pública e, também, da elite alagoana. Para pensarmos no currículo de Matemática proposto no Liceu Alagoano, primeiramente temos que entender como se constituiu este estabelecimento de ensino e, assim, organizar as fontes que se encontram pulverizadas e a primeira ação é reconstituir a história da fundação da instituição. Em uma primeira análise está explicitado que o Liceu surgiu para atender a elite local e não atender às necessidades educacionais dos nativos de Alagoas. Esse caráter elitista perdurou por muito tempo e contribuiu para sedimentar aspectos “colonialistas” em Alagoas, mesmo vivendo em tempos republicanos, contribuindo, desta forma, para o atraso nas políticas de estado. Possivelmente, o currículo de Matemática proposto para o Liceu, nossa próxima etapa, poderá apontar algumas das perguntas que norteiam o trabalho no GPEM: por que os índices educacionais em Matemática dos alunos alagoanos eram tão pífios.

Referências

ALAGOAS, **Almanaque do Ensino do Estado de Alagoas, 1938**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114827>>Acessado em : 4 de abril de 2013.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**: parte 3a da 5a ed. de A Cultura Brasileira. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

BRASIL. **Lei imperial de n. 40 de 3 de outubro de 1834**. Dispõe sobre o poder do presidente de província. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. (coleção de leis Império do Brasil do ano de 1834).

CARVALHO, Mercedes Betta Quintano, SOUZA, Joseane; PIMENTEL, Siloane (org.). **O ensino da Matemática na escola primária de Maceió no século passado – o que os documentos revelam**. Artigo publicado nos Anais do XI Seminário Temático. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis – Santa Catarina.

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e instituições culturais de Alagoas**. Monografia Escrita por Solicitação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Imprensa Oficial: Maceió, 1931.

Decreto Nº 17.304, de 5 de dezembro de 1944, publicado no diário oficial da República.

Decreto de Nº 20.616 de 20 de fevereiro de 1945, publicado no diário oficial da República.

DUARTE, Abelardo. **História do Liceu Alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

_____. **Acréscimos e retificações à “história do Liceu Alagoano”**. Maceió: Imprensa Oficial, 1963.

_____. Falla dirigida á Assembléia Legislativa da Província das Alagoas na abertura da segunda sessão da VIII legislatura, pelo em. Presidente da mesma Província, o conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, em 25 de abril de 185

1. Maceió, TFP. de J. S. da S. Maia, 1846.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1972.

REPOSITÓRIO. História da Educação matemática. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>> acessado em: 13 de jul de 2015.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. **A idéia de uma educação brasileira e a Lei de 15 de outubro de 1827**. Educação. Brasília, v. 6, n. 24, p. 8-17, abr.-set. 1977.

SANTOS, Ivanildo Gomes dos. **O saber histórico escolar no Liceu Alagoano : o ensino de história do Brasil configurado nas teses do Cônego Valente** / Ivanildo Gomes dos Santos. – 2012. 156 f.: il.

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução à crítica do ensino secundário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, 1959.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: história, histórias**. 4. Ed. Maceió: Edufal, 2006.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Caminhos da Educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais**. Maceió/São Paulo: Catavento, 2001.